



Representantes de Escola

Encontro no dia 19/06/2015

Subsídios

O primeiro **Encontro dos Professores Representantes** de Escola deste ano ocorreu no dia 20 de março. As contribuições da Diretoria do CPP, dos Diretores Regionais, dos Professores e Professoras foram sistematizadas e, neste boletim, apresentaremos as questões mais discutidas nas Sedes Regionais (relatórios) e na Sede Central. Esperamos que a sua análise leve ao posicionamento da maioria, aceitando ou negando as questões discutidas.

Os relatórios encaminhados pelos Diretores Regionais do CPP após o Encontro dos Professores Representantes de Escola tem, na sua maioria, o mesmo teor das discussões ocorridas na Sede Central.

Os professores ao analisarem as ações de governo para a escola e para os educadores, concluíram que:

- pouco se avançou no sentido de estabelecer políticas com o objetivo de valorizar os Educadores e a escola pública do Estado;
- as ações da Secretaria da Educação demonstram, quando não atendem as reiteradas reivindicações dos Profissionais da Educação, o descumprimento do governo para com a escola pública;
- os problemas mais criticados pelos Professores Representantes mostram não só o descontentamento dos Profissionais da Educação, mas, também, o abismo que separa a categoria do governo.

A seguir os encaminhamentos dos Professores Representantes

Uma das orientações do governo mais criticada foi a manutenção da forma de contratação do **Professor Categoria "O"**. A redução dos seus direitos contribui para uma falsa visão: eles seriam profissionais "de segunda classe".

Os Profissionais da Educação concluíram que esta forma de contratação:

- * é um contrassenso, afasta os educadores e educadoras da escola, enquanto estudantes ainda estão sem aulas;
- * pune com uma forma de contratação que reduz direitos àqueles que desejam se dedicar ao magistério;
- * contribui para reforçar o estigma atual imputado à profissão - magistério - e sua procura pelos jovens.

→ A carreira não é mais atraente!

A **superlotação em muitas escolas** provocada pelo fechamento das salas de aula.

A respeito do problema os Representantes argumentam que a **lotação** contribui para a indisciplina. O programa Educação - Compromisso de São Paulo, iniciado em 2011, tem como um dos pilares "Novos programas com foco na qualidade do ensino". É possível garantir qualidade de ensino sem garantir condições de trabalho? Para os Professores Representantes não.

Mais uma vez, o sistema de avaliação para a valorização do educador pela **prova de mérito** foi avaliado negativamente pela maioria.

Os argumentos ressaltam o fato do resultado da prova não trazer benefícios para a qualidade do ensino e aprendizagem, ao contrário, ancorada no individualismo, ela contribui para segregar e rotular aqueles que não conseguiram a promoção e, algumas vezes, segregar o premiado, até porque nem sempre ele é, na avaliação dos colegas, um bom professor ou professora.

Outro argumento apresentado é o fato da avaliação ser descolada da realidade, do Projeto Político-Pedagógico da Escola e, portanto, em nada contribui para a construção de uma equipe forte e atuante.

Os profissionais apontam nos seus relatórios a urgência na adoção de uma política do **"ticket decente"**.

A escola ensina: a alimentação saudável é fundamental para a saúde física; o governo não aprende. Muitos profissionais têm dupla jornada de trabalho em razão do parco salário. O ticket garante a eles uma refeição saudável? Não.

Da mesma forma foi criticada a volta da política de gratificações.

Para a maioria ela segrega e divide os profissionais. Para os professores essas políticas vão de encontro às propostas de construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico da Escola, da busca de um clima de cooperação e respeito entre os que atuam direta ou indiretamente na escola: os que trabalham na sala de aula, os diretores e os supervisores de ensino.

"Faça o que eu mando, mas não faça o que eu faço". Esta é uma frase que aparece em alguns relatórios quando é criticada a morosidade do governo para publicar/pagar a **evolução funcional**.

O governo exige eficiência no trabalho, quer um profissional preparado, atualizado, entretanto, não faz o dever de casa: publicar com presteza o que é de direito do profissional.

A demora na **publicação da aposentadoria** também foi duramente criticada.

A desculpa da dificuldade na implantação do novo sistema de aposentadoria não vale mais. Segundo os professores, o governo já teve tempo demais para resolver este problema.

A situação do **IAMSPE** também foi abordada e, mais uma vez, a atuação do poder público foi criticada.

Os educadores argumentam que as ausências e licenças são continuamente criticadas pelo governo, contudo, ele não garante uma política de atendimento à saúde dos profissionais, as filas continuam, há demora no atendimento e não existem políticas de prevenção.

Mais uma vez a promessa do governo de garantir uma educação de qualidade para os estudantes é criticada pelo não atendimento, de fato, da **Lei nº 11.738**, de 16 de julho de 2008, que estabelece o piso salarial nacional e a jornada dos profissionais da educação.

Os Representantes de Escola argumentam a necessidade de mais horas de trabalho coletivo e individual para que possam discutir e elaborar aulas mais atraentes e, também, para atendimento aos estudantes.

E ainda, é preciso:

- * Rever o enquadramento dos educadores prejudicados pela Lei nº 836/87.
- * A cobrança do IAMSPE somente uma vez, para aqueles que possuem dois cargos.
- * Regulamentação/incorporação do ALE, para beneficiar os aposentados.
- * Extinção da quarentena e "duzentena".
- * Concurso de Remoção para PEB II, readaptados e Ingressantes.

Campanha Salaria/2015 - Data-base - Formação profissional

Na maioria dos relatórios foi destacada a importância da união das entidades representativas da categoria. Afirmam a necessidade das lideranças do magistério derrubarem as barreiras que as separam, estabelecer consensos e propor uma pauta apoiada por toda a categoria.

Ações no sentido de conseguir o respeito à data-base pelo governo foram apontadas como importantes. Para os Representantes esta é uma luta que precisa ser feita em conjunto, por todas as entidades.

→ **Dividir não é o melhor caminho para conseguir o atendimento das reivindicações dos profissionais da educação.**

Em alguns relatórios é apontada a necessidade das entidades promoverem, em conjunto, a análise de temas visando a formação, por exemplo: as novas orientações legais a respeito da evolução acadêmica e não acadêmica, as dúvidas mais frequentes a respeito da aposentadoria, o problema da violência na escola.

Professores Representantes de Escola, preparem-se! Vamos superar a fase do "apontar problemas". Discutam com os colegas as ações a serem desenvolvidas e assumidas por todos, com o objetivo de superar os problemas apontados. Traga a sua contribuição para o próximo Encontro.

No Encontro que acontecerá no dia 19 de junho, o tema será "O contexto da elaboração e implantação das políticas públicas para a Rede Estadual de Ensino". A pauta será publicada no site uma semana antes da reunião.

Os boletins estão publicados no site. Na aba Comunicação, clique Boletim.